

## **Aliança para o Progresso, geopolítica do conhecimento e o encobrimento do outro: o caso da CEPAL no Brasil**

**Sergio Wanderley** (Unigranrio) - sergiow.gaz@terra.com.br

### **Resumo:**

*A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) teve atuação ininterrupta no Brasil, a partir de 1953, com a formação do Grupo Misto CEPAL-BNDE, liderado por Celso Furtado como diretor de desenvolvimento dessa agência da Organização das Nações Unidas. Esse grupo promoveu estudos que embasaram políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, e que foram secundados por cursos de pós-graduação promovidos para os gestores envolvidos com a elaboração e implementação dessas políticas. O conteúdo ministrado nesses cursos estava baseado nos pressupostos teóricos da CEPAL que desafiavam a universalidade das teorias produzidas no centro, e que reconheciam a centralidade das organizações do estado e de seus gestores na promoção do desenvolvimento. Na década de 1960, com o lançamento da Aliança para o Progresso (ALPRO) pelo governo dos EUA, a agenda da CEPAL para a América Latina foi cooptada e sua execução foi entregue a organismos controlados pelo governo estadunidense, como a Organização dos Estados Americanos e o Banco Interamericano do Desenvolvimento. A ALPRO se tornou um veículo legítimo para intervenção na América Latina e foi o principal instrumento de geopolítica do conhecimento no processo de encobrimento da CEPAL, que levou à sua subalternização pela literatura de organizações.*

**Palavras-chave:** *Aliança para o Progresso; CEPAL; encobrimento do outro; geopolítica do conhecimento; Organização dos Estados Americanos;*

**Área temática:** *GT-11 Práticas, Contribuições e Desafios da Pesquisa Histórica em Estudos Organizacionais*

## **Aliança para o Progresso, geopolítica do conhecimento e o encobrimento do outro: o caso da CEPAL no Brasil**

**Sergio Wanderley – Unigranrio**

**Resumo:** A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) teve atuação ininterrupta no Brasil, a partir de 1953, com a formação do Grupo Misto CEPAL-BNDE, liderado por Celso Furtado como diretor de desenvolvimento dessa agência da Organização das Nações Unidas. Esse grupo promoveu estudos que embasaram políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, e que foram secundados por cursos de pós-graduação promovidos para os gestores envolvidos com a elaboração e implementação dessas políticas. O conteúdo ministrado nesses cursos estava baseado nos pressupostos teóricos da CEPAL que desafiavam a universalidade das teorias produzidas no centro, e que reconheciam a centralidade das organizações do estado e de seus gestores na promoção do desenvolvimento. O conhecimento produzido pela CEPAL e por Furtado tem muito a contribuir com a literatura de organizações. Na década de 1960, com o lançamento da Aliança para o Progresso (ALPRO) pelo governo dos EUA, a agenda da CEPAL para a América Latina foi cooptada e sua execução foi entregue a organismos controlados pelo governo estadunidense, como a Organização dos Estados Americanos e o Banco Interamericano do Desenvolvimento. A ALPRO se tornou um veículo legítimo para intervenção na produção e disseminação de conhecimento, e foi o principal instrumento de geopolítica do conhecimento no processo de encobrimento da CEPAL.

**Palavras chave:** Aliança para o Progresso; CEPAL; encobrimento do outro; geopolítica do conhecimento; Organização dos Estados Americanos;

## **Introdução**

Na literatura estamos habituados a discutir casos de encobrimento do outro quando esse outro se trata de um subalterno (DUSSEL, 1993). Este artigo procura trazer à tona a estória do encobrimento de um órgão (supostamente) do centro na história da educação em administração no Brasil: a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU).

A CEPAL foi criada em 1948, com sede em Santiago/Chile, com o objetivo de promover o desenvolvimento da América Latina. Ela iniciou sua participação direta no Brasil a partir de 1953 e tem atuação ininterrupta até os dias atuais. Até o golpe militar de 1964, a CEPAL atuou junto aos governos federais no apoio à elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, e atuou diretamente no treinamento e capacitação de pessoal para apoiar o estado em novas funções (WANDERLEY, 2015a). Contudo, apenas alguns autores registraram sua atuação (FISCHER, 1984; BERTERO, 2006; COELHO, 2006; ALCADIPANI; BERTERO, 2014).

Destarte, o objetivo desse artigo é desvendar o processo de encobrimento pelo qual passou a CEPAL, e que a levou a ser negligenciada pela literatura em organizações.

É certo que Guerra Fria faz parte da narrativa do encobrimento da CEPAL. Alguns autores sugeriram que a influência da Guerra Fria na história na administração no Brasil ocorreu a partir dos anos 1950 (ALCADIPANI; BERTERO, 2012; BARROS, 2013). Todavia, com base numa perspectiva de geopolítica do conhecimento, esse artigo ressalta que a Guerra Fria passou a ser marcante na história da administração somente a partir da década de 1960, e esse artigo procura ressaltar que a Aliança para o Progresso (ALPRO) foi um de seus principais instrumentos de intervenção.

Esse artigo lança mão do conceito de geopolítica do conhecimento para promover sua investigação (ESCOBAR, 2007; MIGNOLO, 2011). Para Mignolo (2009, p. 4) devemos mobilizar a geopolítica do conhecimento a fim de mudar o foco daquilo que é enunciado para a enunciação; para tanto, devemos nos perguntar “quem e quando, por que e onde o conhecimento é gerado”. Desta maneira, inicialmente será investigada a atuação da CEPAL no Brasil para em seguida desvendarmos as forças mobilizadas pela geopolítica do conhecimento que podem ter contribuído para o seu encobrimento.

Esse artigo está subdividido em mais quatro partes que se seguem a esta breve introdução. Na segunda parte apresentamos a abordagem teórica e metodológica que é seguida de uma contextualização da atuação da CEPAL nos anos 1950. A quarta parte traz a narrativa do encobrimento da CEPAL que é apresentada em cinco atos, que conduz às considerações finais.

### **Abordagem teórica e metodológica**

O conceito de encobrimento do outro utilizado nesse artigo foi elaborado por Dussel (1993) a partir de uma desconstrução do mito da modernidade que, para o autor, foi construído sob uma ótica meramente eurocêntrica e universalizante. Esse conceito e o conceito de geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2011) fazem parte do corpus conceitual do projeto Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade organizado por autores latino-americanos. Esse projeto sugere que a descoberta da América é o momento fundante da modernidade, e que a conquista e espoliação da América Latina representam o lado mais negro e negado pela modernidade eurocêntrica (ESCOBAR, 2007; MIGNOLO, 2011).

Ainda segundo os autores desse projeto, ao ser descoberta a América, simultaneamente ao surgimento da modernidade, surgiu a colonialidade, que representa uma nova forma de dominação que se sobrepõe ao colonialismo. Portanto, a modernidade/colonialidade segue até os dias atuais e, assim, não se deve falar em pós-modernidade. A decolonialidade representa um caminho teórico para problematizar a dominação do poder, do ser e do conhecimento imposta pela modernidade euro-americana (ESCOBAR, 2007; MIGNOLO, 2011).

A retórica universalizante imposta pela modernidade euro-americana construiu o outro na América Latina que poderia ser, simplesmente por ser o outro, dizimado ou civilizado em prol da modernidade. Ainda segundo a articulação dessa retórica, a descoberta da América não representou a construção de um novo sujeito, mas meramente a projeção do si-mesmo europeu, ou seja, o encobrimento do outro latino-americano. Em outras palavras, o outro é a “massa rústica ‘descoberta’ para ser civilizada pelo ‘ser’ europeu da ‘Cultura Ocidental’, mas ‘en-coberta’ em sua Alteridade” (Dussel, 1993, p. 35; grafia no original).

Com base nos conceitos de geopolítica do conhecimento e encobrimento (DUSSEL, 1993; MIGNOLO, 2011), a investigação aqui é feita a partir da análise de documentos produzidos pelas organizações pesquisadas e da literatura produzida sobre elas. A CEPAL é o eixo em torno do qual é tecida a investigação. Os principais documentos consultados sobre a CEPAL foram o texto de Pollock (1978), comemorativo dos trinta anos da entidade, e o estudo de Santana (1990), sobre os trinta anos da CEPAL no Brasil. O relatório sobre os cinco anos de atividades do Centro de Desenvolvimento CEPAL-BNDE (BNDE, 1965) foi o principal documento analisado sobre esta instituição. Os relatórios anuais do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE, 1955; 1963; 1965; 1966; 1967) trouxeram importantes informações sobre as atividades de formação de pessoal realizadas em conjunto com a CEPAL, que foram complementadas por dados obtidos no Boletim CAPES (1956; 1958; 1959; 1965). Esse boletim trouxe ainda informações sobre a atuação da ALPRO no Brasil.

Os dois principais documentos analisados da ALPRO foram o discurso de seu lançamento feito por Kennedy (ALRO, 1961a) e seu documento de batismo, a Carta de Punta del Este (ALPRO, 1961b). Outra fonte de dados foi a literatura produzida sobre a ALPRO nos EUA ainda durante sua vigência (GRUNWALD, 1964; FORD, 1968), e uma recente publicação no Brasil (SÁ MOTTA, 2014). Sobre a atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o depoimento de seu primeiro presidente, comemorativo dos vinte e cinco anos do banco (HERRERA, 1985), foi o principal documento investigado.

A literatura sobre a história da educação em administração foi amplamente utilizada para compor o quadro em que se inseriu a formação de pessoal promovida pela CEPAL, e sobre o qual interveio a ALPRO (MACHADO, 1966; CARVALHO, 1981; FISCHER, 1984; CURADO, 2001; SOUZA, 2002; BERTERO, 2006; COELHO, 2006; ALCADIPANI; BERTERO; 2012; 2014; BARROS, 2013; WANDERLEY, 2015a).

Mormente, estamos cientes de que o investigador é parte integrante da narrativa que se segue, e de que não devemos confundir história com passado. Não entendemos o passado como uma construção fixa que está lá a nossa espera para que, a partir de vestígios, possamos fielmente reconstruir o passado como ele foi. Podemos tão somente construir um mosaico num processo de bricolagem a partir de nossas fontes que mantêm uma verossimilhança com o passado (CURADO, 2001).

## **CEPAL anos 1950: uma “relação conflituosa” com o governo dos EUA**

A chegada efetiva da CEPAL no Brasil aconteceu com a criação do Grupo Misto CEPAL-BNDE, em 1953, que foi chefiado por Celso Furtado, como Diretor de Desenvolvimento da CEPAL. Não por coincidência, esse Grupo sucedeu três missões econômicas promovidas pelo governo dos EUA junto com o governo brasileiro, e que deveriam financiar projetos de desenvolvimento no Brasil. Com a ascensão do republicano general Eisenhower ao governo dos EUA, a política externa para a América Latina foi alterada e, assim, os EUA retiraram o apoio à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), terceira e última dessas comissões (POLLOCK, 1978). A alternativa encontrada pelo governo brasileiro foi recorrer à CEPAL.

O produto final do Grupo Misto foi o “Esboço de um programa de desenvolvimento para a Economia Brasileira 1955-1962” (CEPAL, 1955), que viria a servir de base para o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (JK; BIELSCHOWSKY, 1988). Esse “Esboço” foi apresentado em agosto de 1955 na VI Sessão da CEPAL, em Bogotá, quando o governo brasileiro consultou a CEPAL sobre “a possibilidade de realização no Brasil de um curso rápido sobre desenvolvimento econômico, debaixo dos auspícios das duas entidades” (BNDE, 1955, p. 97). Esse mesmo curso já era ministrado pela CEPAL no Chile desde 1952 e era dirigido por Jorge Ahumada, que veio ao Rio como diretor do primeiro Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico (CTPDE), em 1956. A vinda de Ahumada demonstra a importância desse curso (WANDERLEY, 2015a).

Segundo alguns autores, os pressupostos introduzidos pela CEPAL afrontavam o apriorismo da gerência científica insuflada a partir dos EUA, e introduziram o debate de temas nacionais no ensino de administração pública (COELHO, 2006). Esses preceitos da CEPAL foram a base do conteúdo ministrado no CTPDE que formou 1.111 técnicos e dirigentes entre 1956-67 que atuaram, ou viriam a atuar, na elaboração e na implementação das políticas de desenvolvimento, e que atuaram, principalmente em órgãos regionais de desenvolvimento (WANDERLEY, 2015a).

Devido a suas teorizações independentes, a CEPAL, desde sua criação, iniciara uma “década de relações conflituosas” com as autoridades e organizações dos EUA que se encarregavam dos negócios com a América Latina (POLLOCK, 1978, p. 59). O que mais incomodava a comunidade acadêmica estadunidense era o fato de a CEPAL

“explicitar a crença de que as forças espontâneas do mercado deveriam ser temperadas pela intermediação judiciosa, mas deliberada, do estado” (POLLOCK, 1978, p. 65). Entre estas intermediações do estado, estava a política de controle de investimento direto estrangeiro que terminou por gerar hostilidade nos meios empresariais dos EUA, que entendia que esta prática não geraria o “clima de investimento para o capital estrangeiro que a comunidade de negócios dos EUA desejava para a conjuntura do pós-guerra” (POLLOCK, 1978, p. 66).

O clímax da relação conflituosa entre a CEPAL e as autoridades dos EUA encarregadas das relações com a América Latina aconteceu no Encontro Interamericano de Ministros da Fazenda e Economia, em novembro de 1954, no Hotel Quitandinha, no Rio de Janeiro. A Organização dos Estados Americanos (OEA) havia solicitado à CEPAL que preparasse para esse encontro um relatório sobre o financiamento do desenvolvimento que gerou o documento *International Co-operation in a Latin American Development Policy*, que ficou conhecido como o “Relatório do Quitandinha”. Esse documento, “do ponto de vista do governo dos EUA, tornou-se o mais controverso relatório produzido pela CEPAL desde sua criação” (POLLOCK, 1978, p. 66).

É importante conhecermos os seis principais pontos desse relatório para que possamos compreender a *voltafaccia* que aconteceu a partir do início da década de 1960 com a criação ALPRO. Foram os seguintes os objetivos sugeridos pela CEPAL que deveriam lastrear as políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento da América Latina: “planejamento do desenvolvimento nacional, industrialização interna acelerada, reformas fiscal e agrária, cooperação técnica, comércio internacional e uma nova abordagem para o fluxo de investimentos internacionais” (POLLOCK, 1978, p. 66).

Esse último ponto foi o mais controverso, dado que a CEPAL preconizava o fluxo, principalmente, de fundos públicos dos EUA para a América Latina que ficariam sobre o controle dos governos locais, mas ao qual se opunha fortemente o governo Eisenhower. Desta forma, apesar do apoio dos governos latino-americanos ao relatório, não houve nenhum novo compromisso de cooperação internacional (POLLOCK, 1978).

É neste vácuo deixado durante a década de 1950 na América Latina com o fim das relações especiais com o governo dos EUA (HILTON, 1981), que a CEPAL

expandiu sua influência pela região. Isto se deu tanto através da geração de relatórios sobre as possibilidades de desenvolvimento de vários países, quanto através de cursos para a formação de quadros que pudessem apoiar as ações preconizadas para esse desenvolvimento (FURTADO, 2008) e que, portanto, teriam também sido incentivadoras do “apoio à formação de administradores públicos” (FISCHER, 1984, p. 59).

Sobretudo, é importante ressaltar que a formação desses gestores e os estudos de desenvolvimento estavam eivados pelas teorizações da CEPAL que desafiavam o caráter universalizante das teorias vindas do centro e que procuravam, a partir da realidade da América Latina, criar condições para promover o seu desenvolvimento. Destarte, devemos destacar que os pressupostos teóricos da CEPAL trazem importantes contribuições para a área de estudos organizacionais (WANDERLEY, 2015b).

A atitude dos EUA para com a América Latina em geral, e para com a CEPAL em particular, só mudaria a partir do episódio em que o vice-presidente Nixon sofreu hostilidades quando fazia uma visita oficial à região em 1958 e, ainda mais importante, a partir da tomada do poder em Cuba por Fidel Castro (POLLOCK, 1978). Isso aconteceu ainda no final do governo Eisenhower, mas foi com a eleição J. F. Kennedy que a atitude dos EUA de fato mudaria (FORD, 1968; POLLOCK, 1978).

Ainda no final do governo Eisenhower, o governo dos EUA aprovou a sugestão do presidente JK para a criação de uma “Operação Pan-americana” (HERRERA, 1985), e no Ato de Bogotá, assinado entre os EUA e vinte países da região (com exceção de Cuba), em 5/9/1960, foram consignados os objetivos de “progresso social, a criação de um fundo para desenvolvimento e crescimento econômico e cooperação multilateral” (FORD, 1968, p. 3). Em seguida foi criado o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para operacionalizar a gestão dos recursos (GRUNWALD, 1964; POLLOCK, 1978; HERRERA, 1985).



## **O encobrimento da CEPAL em cinco atos: a projeção do si-mesmo e a negação da alteridade**

Com base na análise dos documentos, decidiu-se por apresentar a narrativa do encobrimento da CEPAL a partir de cinco atos que se sucedem e se entrelaçam ao longo de quinze anos, entre 1959 e 1974. Como um dos objetivos desse artigo é ressaltar o papel da ALPRO, seu lançamento representa o primeiro ato. Em seguida, discutimos a atuação do BID e da OEA como instrumentos da intervenção da ALPRO para, no terceiro ato, discorrermos sobre a intervenção da ALPRO no ensino de administração. O quarto ato trata da atuação direta do BID e da OEA no financiamento e na implementação de duas instituições de ensino que viriam a concorrer diretamente com a CEPAL. O último ato analisa o processo de ostracismo ao qual a CEPAL foi submetida a partir do lançamento dessas duas instituições de ensino.

### **1o Ato: o lançamento da Aliança para o Progresso e a cooptação da agenda da CEPAL**

A Revolução Cubana, e o conseqüente pavor estadunidense da expansão do comunismo na América Latina, já iniciara a mudança de atitude dos EUA para com a América Latina. Entretanto, a mudança mais radical dessa postura aconteceria com o lançamento da Aliança para o Progresso (ALPRO) na Conferência de Punta del Este, ainda no primeiro ano de governo de Kennedy. Finalmente, o governo dos EUA entendeu que apoiar o desenvolvimento econômico e social da América Latina seria uma forma de conter o comunismo e que, para tanto, seria necessária “uma solução integral. Uma revolução social apoiada pela ajuda externa dos EUA através da diplomacia do desenvolvimento e da ALPRO” (FORD, 1968, p. 5).

Analisando-se as propostas da ALPRO vê-se claramente uma cooptação da agenda que a CEPAL vinha defendendo para a região e que foi explicitada no Relatório do Quitandinha, tão frontalmente rejeitado pelo governo dos EUA apenas sete anos antes (POLLOCK, 1978). Inclusive a exigência de um plano de desenvolvimento global para o país passou a ser condição necessária para o desembolso de recursos dentro da ALPRO (FORD, 1968), plano esse que antes soava como uma heresia para as autoridades dos EUA, quase um sinônimo para comunismo (POLLOCK, 1978).

Além da “ideia do planejamento global [como] condição indispensável... do desenvolvimento econômico e social”, a ALPRO tinha entre seus objetivos “o papel da boa administração como condição essencial do desenvolvimento” (DASP, 1962, p. 4-5). Esse objetivo foi celebrado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) como uma vitória de suas próprias posições a favor do planejamento global, uma vez que a ALPRO consagrou uma tese que o Brasil defendia em fóruns internacionais desde 1948, “de que a capacidade executiva representa a mais eficaz arma de combate ao subdesenvolvimento” (DASP, 1962, p. 4).

Estava assim aberto o caminho para a aceleração da intervenção na produção e disseminação do conhecimento em administração, e para o início do processo de encobrimento da CEPAL.

A linha que esta intervenção seguiria já ficou clara no discurso de Kennedy que convocou a ALPRO (1961a), e que renovou a proposta de Truman (1949) quando do lançamento do Programa Ponto IV: levar o conhecimento científico aos países subdesenvolvidos para salvá-los de sua própria barbárie. A divisão internacional da produção de conhecimento determinada pela modernidade euro-americana, em que o norte produz ciência e o sul cultura (MIGNOLO, 2011), foi ratificada: Kennedy (ALPRO, 1961a, p. 6) afirmou que “a todos os povos do hemisfério deve permitir-se participar das crescentes maravilhas da ciência moderna”, naturalmente a produzida nos EUA, e convidou:

“nossos amigos da América Latina a contribuir para o enriquecimento da vida e da cultura nos EUA. Necessitamos de educadores que nos ensinem vossa literatura, vossa história e vossas tradições...vossa música, vossa arte e pensamento de vossos grandes filósofos...Desta forma, vocês poderão trazer uma vida espiritual e intelectual mais plena ao povo dos EUA.”

Em outras palavras, a ciência, e conseqüentemente a “boa administração”, era a produzida nos EUA, mas nós latino-americanos poderíamos contribuir com nossa “tradição e espiritualidade”, numa clara manifestação de geopolítica do conhecimento imposta pela divisão de trabalho na produção de conhecimento determinada pela modernidade euro-americana (MIGNOLO, 2011).

Quanto ao financiamento, a ALPRO previa um investimento total de USD 20 bilhões em dez anos, a serem garantidos pelos EUA, e em sua maior parte recursos do

governo (GRUNWALD, 1964; FORD, 1968). Ou seja, os latino-americanos finalmente teriam seu Plano Marshall, ainda que com um atraso de quinze anos. A ideia era que os “EUA através da ALPRO tentaram introduzir um método alternativo de desenvolvimento e modernização”, ante o modelo cubano que poderia ser tentador para os países subdesenvolvidos da região (FORD, 1968, p. 6).

O modelo alternativo de modernização no caso de nosso sistema universitário implicava na tentativa de imposição do sistema dos EUA, e que deveria ter a participação, necessariamente, de representantes desse país (SÁ MOTTA, 2014).

### **2o Ato: BID e OEA assumem a execução dos programas da ALPRO em detrimento da CEPAL**

Para a execução da ALPRO, os EUA propuseram a formação de um comitê tripartite entre CEPAL, OEA e BID, mas que, na verdade, passou a atuar somente como órgão consultivo. De fato, todo o poder de acompanhar a execução ficou com a OEA e o BID, que tinha o poder de liberação dos recursos (ver ALPRO, 1961b). Dado o montante de recursos e o interesse político dos EUA em conter o – possível – avanço do comunismo na região (FORD, 1968), “não se poderia esperar que os EUA delegassem a determinação da alocação de assistência dos EUA, sua distribuição e desembolso para um organismo fora do governo dos EUA sem a imposição de severas restrições” (GRUNWALD, 1964, p. 84). E foi isto de fato o que aconteceu, em detrimento da penetração que a CEPAL detinha na região. Um sinal claro de que os EUA pressentiam que não poderiam controlar a – até então – independência da CEPAL na região.

Os EUA estavam ansiosos para que a ALPRO tivesse sucesso, e assim favoreceram as organizações em que detinham um maior controle, nomeadamente OEA e BID, e que tinham “grandes estruturas e orçamento, e assim poderiam atingir resultados operacionais práticos no curto prazo” (POLLOCK, 1978, p. 73). Furtado (1985, p. 107) assim explicou o fato de o governo dos EUA preferirem a OEA à CEPAL em diversas ocasiões: “a CEPAL era vista como uma instituição que atropelava a OEA, de docilidade comprovada, localizada em Washington, com um pessoal latino-americano que logo se deslumbrava com as maravilhas do padrão de vida *yankee*”. Em

tempo, o BID também está localizado em Washington desde sua fundação (HERRERA, 1985).

A opção do governo dos EUA a favor da OEA e do BID, em detrimento da CEPAL, ficou clara desde a primeira alocação de recursos para o BID: o governo dos EUA alocou meio bilhão de dólares no BID, dos quais USD 6 milhões foram para a OEA “colaborar com os países membros na preparação de seus planos de desenvolvimento” (HERRERA, 1985, p. 147). Ora, esta era a função que a CEPAL vinha desempenhando havia mais de dez anos junto a diversos países da América Latina e, em particular, no Brasil (FURTADO, 1985). Além desse montante, cem milhões de dólares foram diretamente para a Administração de Cooperação Internacional (ICA na sigla em inglês), que geria o programa Ponto IV (BIGLAISER, 2002), que financiava, por exemplo, os programas da Escola de Administração do Estado de São Paulo (EAESP) desde sua criação (ALCADIPANI; BERTERO, 2012).

Entre as possibilidades de alocação dos recursos alocados para a ICA estava a “educação superior e treinamento” e tinham um objetivo claro: “o reforço das instituições acadêmicas que são mais efetivas no treinamento de recursos humanos em áreas produtivas, e na introdução ou consolidação de reformas fundamentais na organização de instituições educacionais e nos métodos de ensino e na pesquisa científica e tecnológica” (HERRERA, 1985, p. 146; grifo meu). “Reformas fundamentais” estas que, naturalmente, deveriam seguir as “maravilhas da ciência moderna” produzida nos EUA (ALPRO, 1961a, p. 6). É importante também destacar o caráter “científico e tecnológico” que representaria a tônica da linha de intervenção das reformas propostas pelos veículos da ALPRO para o ensino superior no Brasil (SÁ MOTTA, 2014).

A ALPRO foi um “experimento duplo, de política externa dos EUA e um experimento em ciências sociais” (GRUNWALD, 1964, p. 386). No Brasil, a ALPRO viabilizou a “assinatura de uma rodada de convênios na área de educação, sete no total, que ficariam conhecidos como acordos MEC-USAID” (SÁ MOTTA, 2014, p. 119). A *United States Agency for International Development* (USAID) foi criada pelo governo dos EUA, no contexto da ALPRO, para suceder a ICA, que, desde 1954, administrava os projetos emanados do Programa Ponto IV. A partir da USAID, impulsionado pela ALPRO, o volume de recursos foi ampliado, assim como o escopo de seus objetivos,

“respondendo às ansiedades crescentes de Washington em relação à América Latina em particular ao Brasil” (SÁ MOTTA, 2014, p. 115).

Um dos sete acordos MEC-USAID estabeleceu um convênio para planejamento e reestruturação do sistema universitário que deixou claro que, mais do que cooperar com a modernização de nosso sistema, o governo dos EUA desejava também “influenciar na política brasileira, disseminar os seus valores e dar o tom da reforma universitária” (SÁ MOTTA, 2014, p. 120). A partir do acordo várias áreas foram beneficiadas, com destaque para agricultura, química, aeronáutica e administração (SÁ MOTTA, 2014).

A relação entre os EUA e a CEPAL que havia se caracterizado como uma “relação conflituosa” na primeira década da CEPAL (1948-1958), tornou-se uma relação amistosa no processo que criou a ALPRO – “um aperto de mão, quase *un abrazo*” (1958-1963) (POLLOCK, 1978, p. 59-68). Entretanto, esse *abrazo* – asfixiante - tornou-se um processo de encobrimento (DUSSEL, 1993), e ilustra como opera a geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2011): “empurrar para fora e enterrar no passado são as operações da lógica da colonialidade, do invisível e mais escuro lado da modernidade” (MIGNOLO, 2011, p. 206).

Desta maneira, a criação da ALPRO, que num primeiro momento havia significado uma adesão dos EUA às ideias da CEPAL, a partir de sua implementação, significou um declínio da influência da CEPAL na região (POLLOCK, 1978), e o início de seu encobrimento (DUSSEL, 1993).

### **3o Ato: A Aliança para o Progresso investe na educação em administração**

O primeiro movimento no Brasil dos EUA que teve maior impacto na história da educação em administração, e que antecedeu a ALPRO, foi a assinatura do convênio Programa Brasileiro de Administração (PBA-1) em março de 1959, apenas dois meses após a Revolução Cubana. Até então, o governo dos EUA, através do programa Ponto IV, apoiava a estruturação da EAESP através de recursos e envio de professores (ALCADIPANI; BERTERO, 2012; 2014).

O PBA-1 estabeleceu que o governo dos EUA, através da ICA, “despenderá 3.418.000 dólares para a realização do convênio, enquanto que o governo brasileiro participará com 170 milhões de cruzeiros” (CAPES, 1959, p. 17). O valor em dólares da ajuda do governo dos EUA, convertido pela taxa cambial média do cruzeiro para 1959, (CR\$ 126,03/dólar), perfaz um total CR\$ 430.770.540, 00 (ver quadro 1).

Esse montante, somado à contrapartida do governo brasileiro, gerou um total de recursos para o PBA-1 que é oitenta vezes superior aos recursos que o BNDE destinou ao Centro de Desenvolvimento CEPAL-BNDE em seu primeiro ano, 1960, e que foi criado para abrigar os cursos da CEPAL e desenvolver pesquisas (WANDERLEY, 2015a). Esses recursos tornam-se ainda mais expressivos, em moeda local, se levarmos em conta que o montante em dólares foi recebido ao longo dos seis anos seguintes (o PBA-1 foi até 1965; COELHO, 2006) quando houve forte desvalorização do cruzeiro. Ou seja, apenas dois anos depois de assinado o convênio, o valor em cruzeiros da ajuda do governo dos EUA representaria quase o dobro.

Esses valores demonstram a força da ação da geopolítica do conhecimento privilegiando determinados conteúdos em detrimento de outros (MIGNOLO, 2011). Os recursos doados pelo governo dos EUA foram destinados ao reforço dos cursos de administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e à implantação do mesmo curso nas universidades federais da Bahia e Rio Grande do Sul (FISCHER, 1984). O PBA-1 previa, inicialmente, o envio de “nove professores de administração pública e sete de administração de empresas das universidades de Michigan e Califórnia do Sul” para ministrar no “DASP, FGV, Universidades da Bahia e Rio Grande do Sul” (CAPES, 1959, p. 17). É sabido que a terceira escola de administração existente à época, a Faculdade de Administração e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG), recusou o convite para participar desse convênio, aparentemente, por causa do nível de ingerência na escola exigido pelos EUA (BARROS, 2013).

Os recursos do PBA-1 foram também aplicados no patrocínio ao envio de professores locais aos EUA para realizarem cursos de pós-graduação, como foi o caso de professores da EAESP e da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP; FISCHER, 1984; ALCADIPANI; BERTERO, 2012).

O aumento do volume de recursos canalizados pelo PBA-1 levou o ICA a montar um escritório de representação no Rio que funcionou dentro do DASP, cujo presidente à época, João Guilherme de Aragão, tornou-se o “Representante e Coordenador Brasileiro Junto ao Ponto IV”, com o objetivo de acompanhar a execução do convênio (DASP, 1960). Em outras palavras, o DASP, na pessoa de seu presidente, seria o gestor dos recursos enviados pelo governo dos EUA, no que representaria uma comunhão de interesses.

Aos recursos que entraram através do PBA-1 devemos adicionar outras fontes que foram viabilizadas a partir da ALPRO e que tiveram impacto na história da administração. Por exemplo, os recursos canalizados através do BID e da OEA (MACHADO, 1966) e da Fundação Ford (COOKE; ALCADIPANI, 2015). Essa última, por exemplo, doou em dezembro de 1964 a importância de 4,14 bilhões de cruzeiros destinados “às obras da Escola de Administração Pública e da sede da FGV no Rio de Janeiro, e à conclusão do prédio da Avenida 9 de julho em São Paulo” (CAPES, 1965, p. 15). Além disso, a Fundação Ford assinou um convênio com a FGV em março de 1964 “para a elaboração de quinze livros, dezoito monografias e vinte e quatro casos” (MACHADO, 1966, p. 57), e doou recursos para a FGV que permitiram o início da publicação da Revista de Administração Pública (RAP) a partir de 1967 (COELHO, 2006).

Estava assim montada a engrenagem de geopolítica do conhecimento que acelerou a intervenção na produção e disseminação de conhecimento em administração, e que em pouco tempo realizaria o completo encobrimento da atuação da CEPAL no Brasil.

#### **4o Ato: a criação da EIAP e do CETREDE**

Aos recursos canalizados através da ALPRO para a educação em administração, no caso particular da CEPAL, devemos analisar os investimentos feitos em duas instituições que viriam a concorrer com a CEPAL na formação de gestores.

O sucesso dos cursos da CEPAL levou o governo brasileiro a solicitar que a instituição estabelecesse o Centro de Desenvolvimento CEPAL-BNDE, criado no Rio em 1960. Esse Centro permitiu que a CEPAL, ao longo da década seguinte, ampliasse a oferta de cursos pelas regiões brasileiras o que “permitiu um contato permanente com as equipes de planejamento e assessorias técnicas de diversos estados”, e permitiu que se ampliasse sua capacidade de pesquisa (BNDE, 1965, p. 24).

O Centro, considerando a importância de reunir as diferentes experiências de planejamento estadual e regional, e com o objetivo de contribuir para “o aperfeiçoamento técnico e conhecimento das soluções encaminhadas nos diferentes estados” decidiu promover um Seminário de Planejamento Estadual, em 1965 (BNDE, 1965, p. 24). Esse seminário, que teve o patrocínio e o apoio do BNDE, promoveu “uma reunião de técnicos ligados às entidades responsáveis pela elaboração e execução de programas de desenvolvimento estadual” (BNDE, 1965, p. 25).

Após cinco anos de atividades do Centro de Desenvolvimento, e de doze anos de atividades ininterruptas da CEPAL no Brasil - sempre em parceria com o BNDE, desde o Grupo Misto CEPAL-BNDE presidido por Furtado – parecia que a atuação dessa entidade tinha chegado ao seu ápice com a realização desse seminário. Até 1965, 810 técnicos já haviam sido formados pelo CTPDE, e a política de regionalização continuou em 1966 com mais três cursos realizados nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste formando mais 138 técnicos. Também em 1966, foi iniciada, por solicitação da Direção do BNDE, uma nova frente de Cursos em nível médio de capacitação, com ênfase na cadeira de “Análise e Elaboração de Projetos” (BNDE, 1967, p. 50).

Contudo, o ano de 1967 marcaria a realização das duas últimas edições do CTPDE e o fechamento, de forma abrupta, do Centro de Desenvolvimento CEPAL-BNDE. O fechamento do Centro foi anunciado de forma lacônica no relatório anual do BNDE: “O Centro CEPAL/BNDE encerra suas atividades, após haver prestado serviços relevantes no exame crítico e sugestões de programação do desenvolvimento econômico



nacional, bem assim cooperado intensamente na formação especializada de técnicos para as agências de fomento” (BNDE, 1967, p. ?<sup>1</sup>).

O que teria levado ao fechamento do Centro e ao fim do CTPDE de forma intempestiva mesmo após toda a experiência acumulada pela CEPAL no Brasil?

A resposta está na criação da Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP) dentro da EBAP no Rio, e na estruturação do Centro de Treinamento em Desenvolvimento Regional (CETREDE) na Universidade do Ceará. Ambas foram criadas no segundo semestre de 1964 e, em ambos os casos, o parceiro escolhido pelo governo brasileiro para a implementação das escolas foi a OEA, e os recursos foram dados através do BID. OEA e BID que haviam sido encarregadas pelo governo dos EUA de executar a política da ALPRO (POLLOCK, 1978) para levar as “maravilhas da ciência moderna” dos EUA para a América Latina (ALPRO, 1961a, p. 6).

Dada a longa atuação da CEPAL na formação de gestores no Brasil, e de sua atuação junto ao governo local, poderia se esperar que a CEPAL fosse incumbida de organizar essas duas novas escolas. No mesmo sentido, deveria se esperar que a EIAP se localizasse dentro do Centro de Desenvolvimento CEPAL-BNDE, e não na EBAP. Ora, a CEPAL fazia parte do dito triunvirato que controlava a ALPRO, junto com BID e OEA, e dos três era o único que tinha uma estrutura no Rio.

Já a criação do CETREDE na região nordeste do Brasil se justifica pelo fato de que esta região era considerada pelos EUA como *The Troubled Land* (ROGERS, 1964), cujo desenvolvimento deveria ser priorizado para conter, na visão dos estadunidenses, a expansão do comunismo. A ALPRO vinha canalizando recursos para a região através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cujo superintendente era Celso Furtado, que foi recebido pelo presidente Kennedy para debater os problemas da região (FURTADO, 1985).

Novamente, a ansiedade das autoridades dos EUA em resolver os problemas do Brasil, fez com que a organização do CETREDE fosse entregue à OEA - e não à CEPAL - e, em seguida, a encampar a SUDENE, assim que Furtado foi destituído de suas funções pelo golpe militar. Isso se materializou já no ano seguinte ao golpe,

---

<sup>1</sup> Este relatório não tem as páginas numeradas.

quando a SUDENE foi palco do 2º Encontro de Administração para o Desenvolvimento organizado pela EIAP sob os auspícios do BID e da OEA (WANDERLEY, 2015a).

O fato é que, certamente, não foi dada ao governo brasileiro a opção de escolher a instituição que apoiaria a construção da EIAP e do CETREDE. Ora, a CEPAL é uma organização da ONU e, portanto, mecanismos mais sofisticados seriam necessários para o seu encobrimento. A forma como este mecanismo funcionou foi entregar a implementação das novas escolas para OEA e BID, e eliminar a CEPAL dos eventos patrocinados no por essas instituições. Era a “projeção do si-mesmo” posta em marcha pelas engrenagens da geopolítica do conhecimento (DUSSEL, 1993, p. 35; MIGNOLO, 2011).

EIAP e CETREDE tinham por objetivo principal ministrar a “Administração para o Desenvolvimento”, em nível de pós-graduação (MACHADO, 1966). A partir de uma perspectiva de geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2011), podemos afirmar que isso é similar ao modelo do CTPDE que a CEPAL vinha ministrando desde a sua primeira edição em 1956, mas não exatamente com o mesmo conteúdo. Em outras palavras, os novos cursos organizados pela OEA, e financiados pelo BID no âmbito da ALPRO se tornaram uma “projeção do si-mesmo” sobre o curso da CEPAL, que assim foi “encoberto em sua Alteridade” (DUSSEL, 1993, p. 35-6).

Na Universidade do Ceará - patrocinadora de uma edição do CTPDE em 1964 e palco de sua última edição em 1967 (BNDE, 1967) – foi criado o CETREDE a partir da assinatura do “termo de anuência ao convênio firmado entre o governo brasileiro e OEA correspondente ao projeto n. 209 do Programa de Cooperação Técnica da OEA”. O total de recursos disponibilizados pela OEA, em 1964, foi de USD 230.210- (com o câmbio médio daquele ano tem-se um valor de CR\$ 280 milhões; ver Quadro 1).

O CETREDE manteve quatro cursos de pós-graduação e em seu primeiro ano de funcionamento, 1965, foram oferecidos dois cursos: Administração do Desenvolvimento e Desenvolvimento Econômico (MACHADO, 1966). Ou seja, como título, não muito diferente do que vinha sendo ministrado pelo Centro de Desenvolvimento CEPAL-BNDE e que vinha sendo replicado pela SUDENE no nordeste.

Entretanto, nenhum dos autores que o CETREDE como um “centro de treinamento e aperfeiçoamento de administradores...que vem desempenhando um destacado papel” (MACHADO, 1966, p. 284), sequer mencionaram o Centro CEPAL-BNDE. Isto se deu apesar da proximidade dos nomes e dos cursos, e do fato de o CETREDE ter sido um dos órgãos que colaborou com o sucessor do Centro CEPAL-BNDE (SANTIAGO, 1990). Esse movimento de criação do CETREDE com apoio da OEA aconteceu no mesmo momento em que o Centro CEPAL-BNDE vinha promovendo a regionalização do CTPDE, que se iniciara em 1963 (BNDE, 1966). Em outras palavras, a criação do CETREDE foi uma ação de geopolítica do conhecimento com foco particular na geografia da região nordeste que era percebida pelas autoridades dos EUA como *The Troubled Land* (ROGERS, 1964).

A segunda instituição criada com apoio da OEA e financiada pelo BID que concorreu com a CEPAL foi a EIAP. A EIAP visava a “formação de quadros para o setor público da América Latina”, e estruturou programas de pós-graduação que tratassem, principalmente, de “administração para o desenvolvimento, administração e política fiscal, e a administração de projetos” (CARVALHO, 1981, p. 147). Novamente vemos os temas básicos dos cursos da CEPAL.

A EIAP foi criada dentro da EBAP e, em seu primeiro ano de funcionamento, 1965, teve uma dotação orçamentária de CR\$ 237 milhões (ver Quadro 1). O “Curso de Administração para o Desenvolvimento” teve pré-requisitos de acesso para alunos similares ao CTPDE: “formação universitária ou alto nível de experiência profissional no campo de Administração Pública”; indicação pela instituição de origem; e processo seletivo (MACHADO, 1966, p. 179). Esperava-se que os entrantes tivessem atividades profissionais na área de administração para o desenvolvimento, ou que seriam para ela destinados (MACHADO, 1966).

No caso dos entrantes do curso da CEPAL se esperava que fossem “funcionários públicos e profissionais que trabalham em assuntos ligados a problemas de desenvolvimento econômico” (CAPES, 1956, p. 9). Ou seja, comparando os dois cursos, podemos estar falando do mesmo perfil de profissional na entrada e que pode ter tido a mesma colocação na saída, sem necessariamente terem recebido o mesmo conteúdo. Em outras palavras, mais um exemplo de como opera a geopolítica do

conhecimento no encobrimento do outro através da projeção do si-mesmo (DUSSEL, 1993; MIGNOLO, 2011).

Agora temos os orçamentos de todas as instituições para montarmos um quadro comparativo:

**Quadro 1 – Orçamento das instituições de ensino – assimetria**

<b>Instituição</b>	<b>Recursos</b>	<b>Ano</b>	<b>patrocinador</b>	<b>Fonte informação</b>
Centro Cepal-BNDE	R\$ 7,5 milhões	1960	BNDE	BNDE, 1960
PBA-1	R\$ 430 milhões R\$ 170 milhões	1959	Ponto IV/ICA MEC	CAPES
EIAP	R\$ 120 milhões R\$ 117 milhões	1965	BID MEC	Machado, 1966
CETREDE	R\$ 280 milhões	1965	OEA	Machado, 1966
FGV	R\$ 4,14 bilhões	1964	ALPRO	CAPES

Em tempo, o PBA-1 beneficiou EBAP, EAESP, DASP, UFBA e UFRGS (CAPES, 1958).

Observando-se o quadro 1, nota-se que há uma clara assimetria que demonstra como funciona a geopolítica do conhecimento e como opera ao “empurrar para fora e enterrar no passado” determinados conhecimentos (MIGNOLO, 2011, p. 206), e a força da “projeção do si-mesmo” (DUSSEL, 1993, p. 35). Sobretudo, podemos imaginar o impacto que tamanha entrada de recursos pode ter causado na produção de um determinado conhecimento, em detrimento de outro, em um país como o Brasil que destina poucos recursos à educação. Seria ingênuo supor que não houve, ao menos, uma restrição na agenda de pesquisa, muito menos a problematização sobre a imposição de um conhecimento sobre outro que isto provocaria.

#### **Ato final: a “negligência benigna”**

Pollock (1978, p. 68) denominou como “um cordial aperto de mão, se não *un abrazo*”, o sequestro da agenda da CEPAL pela ALPRO. Para ele, a etapa seguinte do processo de encobrimento representou uma “negligência benigna” das autoridades dos EUA para com a CEPAL (POLLOCK, 1978, p. 68).

A lógica do encobrimento implicava também em ignorar a CEPAL na implementação da EIAP e do CETREDE. Desta maneira, a CEPAL não esteve presente em dois eventos organizados pela EIAP sob os auspícios da OEA e do BID, que aconteceram no Rio de Janeiro. O primeiro desses dois eventos foi o 1º Encontro Interamericano de Administração para o Desenvolvimento, que ocorreu de 22 a 28/11/1964 no Rio; o segundo foi o Seminário sobre Planejamento **Regional**, que aconteceu de 15 a 20/11/1965 (MACHADO, 1966). O primeiro, que marcou a inauguração da EIAP, teve a presença de autoridades de diversos países e organizações da América Latina. O segundo aconteceu somente quatro meses após o Centro CEPAL-BNDE ter organizado o Seminário de Planejamento **Estadual** e que teve como um de seus quatro grandes eixos temáticos a “Avaliação de experiência de planejamento **regional**” (BNDE, 1966, p. 54).

Certamente, houve vários frequentadores comuns a esses dois eventos de planejamento estadual/regional que militavam em organismos estaduais e regionais de desenvolvimento, e que eram egressos do CTPDE. Portanto, chega a ser surpreendente a ausência da CEPAL nesses dois eventos, mas compreensível a partir de uma perspectiva de geopolítica do conhecimento, pois entendemos que esse movimento vinha sendo orquestrada pelo governo dos EUA na América Latina a partir da Revolução Cubana e da criação da Aliança para o Progresso. A “projeção do si-mesmo” contempla ignorar a alteridade (DUSSEL, 1993, p. 35).

O processo final de encobrimento (DUSSEL, 1993) fica claro na análise dos Anais do 1º Encontro Interamericano de Administração para o Desenvolvimento (EIAP, 1964): desaparecem todas as referências aos trabalhos e/ou pesquisadores da CEPAL, e aparecem outras produzidas nos EUA. Desponta, por exemplo, o autor W.W. Rostow (1960) “*The Five Stages of Development: a non-communist manifest*”. Essa obra tem a concepção teórica oposta à da CEPAL (WANDERLEY; FARIA, 2012), e em seu subtítulo já deixa claro como considerava o que à ela se contrapusesse.

Mormente, Rostow foi um dos principais formuladores da política de desenvolvimento dos EUA que a ALPRO deveria implantar na América Latina, e esteve várias vezes no Brasil na qualidade de consultor. Seu primeiro relatório sobre o Brasil foi escrito antes mesmo de visitá-lo e deixa clara a “arrogância desses assessores que se sentiam capazes de fazer planos para países que mal conheciam” (SÁ MOTTA, p. 122).

O que novamente contrasta com a forma de atuação da CEPAL que enviava seus representantes para o país, e realizava seus estudos junto com técnicos do governo local, como foi o caso do Grupo Misto CEPAL-BNDE (WANDERLEY, 2015a).

Os mecanismos de execução do ato final do encobrimento da CEPAL ficam assim explicitados: criaram-se duas novas instituições – EIAP e CETREDE – e sua administração foi entregue para OEA e BID. O eixo central do conteúdo é alterado com a introdução de elementos opostos aos preconizados pela CEPAL, como Rostow. E finalmente, ela é ignorada na realização de eventos importantes da área.

O encobrimento da CEPAL como uma instituição que atuou diretamente na formação de gestores que atuaram em órgãos de planejamento e execução de projetos de desenvolvimento parece ter sido bem sucedido. Por exemplo, alguns autores incluem o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC) em “treinamento de administradores públicos” (CARVALHO, 1981, p. 142) e “capacitação administrativa e formação gestores governamentais” (SOUZA, 2002, p. 73).

O CENDEC fez, em 1971, um acordo com o Escritório Regional CEPAL/ILPES para a realização de um programa conjunto de cursos. Ora, o Escritório CEPAL/ILPES vem a ser o sucessor do Centro de Desenvolvimento CEPAL-BNDE (SANTIAGO, 1990). Ou seja, o encobrimento se deu de tal maneira que mesmo a CEPAL tendo atuado junto com uma instituição reconhecida pela área na formação de gestores, sua atuação anterior como instituição de ensino não foi reconhecida.

Outra prova do sucesso do encobrimento da CEPAL é que sua participação na historiografia da disciplina de administração para o desenvolvimento foi rapidamente ignorada, haja vista que uma revisão da área feita em seus primeiros anos sequer a mencionou (MOTTA, 1972). Fato que foi ratificado posteriormente pela demarcação do início da disciplina pelo evento de lançamento da EIAP em 1965, novamente obnubilando a atuação anterior da CEPAL (COELHO, 2006).

Como ponto final do processo de encobrimento (DUSSEL, 1993), em janeiro de 1974, a FGV assinou um convênio com o BNDE e outras entidades para que fosse ministrado na EIAP um “Programa de Treinamento de Bancos de Desenvolvimento”. O objetivo deste curso era “a capacitação de pessoal executivo e técnico” para suprir a “carência de pessoal qualificado nos Bancos Estaduais de Desenvolvimento” (EIAP, 1974, p. 1). Ou seja, o sistema ainda carecia de pessoal qualificado, mesmo após os

1.111 egressos do CTPDE entre 1956 e 1967 (SANTIAGO, 1990). Naturalmente, nenhuma alusão é feita ao programa anterior de formação executado pela CEPAL.

Vemos assim que a CEPAL, como órgão da ONU, sofreu um processo sofisticado de encobrimento. Como parte deste processo, o representante maior do pensamento da CEPAL no Brasil, Celso Furtado (BIELSCHOWSKY, 1988), após ter sido cassado e exilado pelo Ato Institucional n. 1, sofreu uma campanha de desqualificação intelectual movida na academia brasileira (VERSIANI, 1974).

Estava assim completo o ciclo de encobrimento da CEPAL após quinze anos – a partir do PBA-1 em 1959 – perpetrado pelas engrenagens de geopolítica do conhecimento postas em marcha pela ALPRO.

### **Considerações finais**

Esse artigo se propôs a investigar os mecanismos de geopolítica do conhecimento que foram empregados no processo de encobrimento da atuação da CEPAL no Brasil. A CEPAL teve atuação ininterrupta no país, a partir de 1953, e atuou junto ao governo na formulação de políticas e projetos de desenvolvimento e na formação de gestores que atuaram nessas empreitadas. Apesar de ter atuado junto aos governos federais na década de 1950, e de ter formado em pós-graduação mais de mil gestores que atuaram, principalmente, em órgãos regionais de desenvolvimento, a CEPAL é negligenciada pela literatura de organizações. No mesmo sentido, Celso Furtado que é o principal representante no Brasil das concepções da CEPAL não teve suas contribuições devidamente reconhecidas pela área.

As concepções teóricas de Celso Furtado e da CEPAL podem trazer importantes contribuições para a área de estudos organizacionais. Essas concepções contribuem para uma visão das organizações que questiona a universalidade do conhecimento estrangeiro, e que se baseia na investigação da realidade local para a construção de arcabouços teóricos. Com base na realidade local, o papel do Estado e das organizações comandadas pelo Estado é reconhecido como uma normalidade do fenômeno organizacional, assim como o gestor público pode ser tão ou mais importante do que o privado na busca pelo desenvolvimento nacional.

A CEPAL, por ser um organismo da ONU, passou por um sofisticado e longo processo de encobrimento. O caso da CEPAL analisado nesse artigo explicitou vários dos mecanismos de geopolítica do conhecimento que podem ser empregados em processos de encobrimento em que prevalecem a projeção do si-mesmo e a negação da

alteridade. Foram os seguintes os mecanismos encontrados no caso do encobrimento da CEPAL:

- 1) o lançamento da ALPRO como um veículo legítimo de cooperação internacional para a intervenção na América Latina;
- 2) a conseqüente cooptação pela ALPRO da agenda da CEPAL;
- 3) a concorrência de organismos supranacionais controlados pelos EUA para a execução dessa agenda, como foi o caso da intervenção do BID e da OEA ;
- 4) a assinatura de acordos bilaterais com autoridades locais - como o PBA-1 e os acordos MEC-USAID - que viabilizaram a canalização de vultosos recursos para o reaparelhamento de instituições acadêmicas já existentes, como EBAP, EAESP, UFRGS e UFBA;
- 5) o patrocínio à novas instituições de ensino para ‘professarem a nova fé’, como EIAP e CETREDE, cuja implementação esteve a cargo da OEA e cujo financiamento foi concedido pelo BID;
- 6) o envio para o Brasil de professores e consultores dos EUA para a disseminação do ‘bom conhecimento’, como foi o caso de professores que atuaram na EAESP, EBAP e DASP, e do consultor W. W. Rostow que atuou junto ao governo brasileiro;
- 7) o patrocínio ao envio de professores locais aos EUA para realizarem cursos de pós-graduação para ‘beberem na fonte do bom conhecimento’, como foi o caso de professores da EAESP e EBAP;
- 8) o incentivo à produção de conhecimento, ainda que local, como o caso dos livros patrocinados pela Fundação Ford para os professores da EAESP, que também financiou o lançamento da Revista de Administração Pública pela EBAP;
- 9) a promoção de um processo de desqualificação intelectual dos mentores de correntes de pensamento contrárias, como foi o que sofreu Celso Furtado;

Sobretudo, é importante ressaltar que o processo de geopolítica do conhecimento desencadeado pela mudança da política externa dos EUA para com a América Latina, a partir do final dos anos 1950, teve profundas implicações na história da educação em administração no Brasil. Esse processo, que foi desencadeado após a Revolução Cubana, foi acelerado com a criação da Aliança para o Progresso (ALPRO).

A ALPRO se tornou um veículo legítimo para a intervenção direta na produção e disseminação de conhecimento e ensino de administração. A ALPRO despejou um



grande volume de recursos no Brasil, sob a gestão da OEA e do BID, que foram canalizados para a ampliação e criação de escolas de ensino de administração e, assim, terminaram por encobrir o importante papel que a CEPAL desempenhou como instituição de ensino e produtora de conteúdo que pode contribuir para a literatura de organizações.

Todavia, a influência dessa instituição continuou a se manifestar pelos egressos de seus cursos ministrados no Brasil. Além disso, muitas organizações criadas à época sob a égide das teorizações da CEPAL continuam atuantes até os nossos dias, tais como CAPES, BNDES, BNB, Petrobrás e Eletrobrás.

A CEPAL foi encoberta pelos mecanismos da geopolítica do conhecimento. Longa vida a CEPAL!

### **Referências**

ALCADIPANI, V.; BERTERO, C. Guerra Fria e Ensino do *Management* no Brasil: o Caso da FGV-EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 3, p. 284-299, 2012.

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. Uma Escola Norte-Americana no Ultramar? Uma historiografia da EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 2, p. 154-169, 2014.

ALPRO – Aliança para o Progresso. **Discurso del Presidente Kennedy sobre América Latina** – 13 de marzo de 1961a.

ALPRO – Aliança para o Progresso. **Carta de Punta del Este**. Agosto de 1961b.

BARROS, A. **Uma narrativa sobre a história dos cursos de administração da FACE-UFMG: às margens do mundo e à sombra da FGV?** Tese de doutorado em administração defendida na FACE-UFMG, 2013.

BERTERO, C. **Ensino e Pesquisa em Administração**. São Paulo: Thomson, 2006.

BIGLAISER, G. The internationalization of Chicago's Economics in Latin America. **Economic Development and Cultural Change**, v. 50, n. 2, p. 269-286, 2002.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. **Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico: Exercício 1955**, 1955.

BNDE. **Decisão do Conselho de Administração 37/60** – de 11/03/1960. Disponível via SAC do BNDES, 1960.

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. **Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico: Exercício 1963**, 1963.

BNDE. **Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE: Cinco Anos de Atividades**, 1965.

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. **Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico: Exercício 1966**, 1966.

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. **Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico: Exercício 1967**, 1967.

CAPES. **Boletim CAPES**, n. 38, 1956.

CAPES. **Boletim CAPES**, n. 72, 1958.

CAPES. **Boletim CAPES**, n. 79, 1959.

CAPES. **Boletim CAPES**, n.146, 1965.

CARVALHO, M. S. Treinamento de administradores públicos na América Latina, com especial referência ao caso brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 15, edição extra, p. 142-167, 1981.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO. **Memórias do Desenvolvimento** (v.3). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

CEPAL. Grupo Misto BNDE – CEPAL. **Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira** (período 1955-62). Segunda Redação, Maio de 1955.

COELHO, F. **Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de São Paulo, Fundação Getulio Vargas: São Paulo, 2006.

COOKE, B.; ALCADIPANI, R. Toward a Global History of Management Education: The Case of the Ford Foundation and the São Paulo School of Business Administration, Brazil. **Academy of Management Learning & Education**, v. 14, n. 4, p.482-499, 2015.

CURADO, I. **O desenvolvimento dos saberes administrativos em São Paulo: Uma análise histórica**. Tese doutorado em administração, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2001.

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público. **Relatório do Escritório Técnico da Representação Brasileira junto ao Ponto IV 1959/1960**, 1960.

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público. O Papel da Administração na Aliança para o Progresso. **Revista do Serviço Público**, v. 94, n. 1, p. 3-5, 1962.

DUSSEL, E. **1492. O Encobrimento do Outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

EIAP – **Escola Interamericana de Administração Pública**. Anais do 1º Encontro de Administração para o Desenvolvimento. 1964.

EIAP – **Escola Interamericana de Administração Pública**. Seminário de Técnicas de Implementação e Acompanhamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. 1974.

ESCOBAR, A. Worlds and Knowledge Otherwise: The Latin American modernity/coloniality Research Program. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 179-210, 2007.

FISCHER, T. **O ensino da administração pública no Brasil, os ideais do desenvolvimento e as dimensões da racionalidade**. Tese de doutorado em ad FORD, B. J. **The Alliance for Progress**. Honors Projects. Paper 39. 1968. Disponível em [http://digitalcommons.iwu.edu/history\\_honproj/39](http://digitalcommons.iwu.edu/history_honproj/39). Acesso em 24/11/2014.

ministração, USP, São Paulo, 1984.

FURTADO, C. **A Fantasia Organizada** (5ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas. **Arquivos Celso Furtado 1**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GRUNWALD, J. The Alliance for Progress. **Proceedings of the Academy of Political Science**: Economic and Political Trends in Latin America, v. 27, n. 4, p. 78-93, 1964.

HERRERA, F. Twenty-five years of the Inter-American Development Bank. **CEPAL Review**, n. 27, dezembro, p. 143-151, 1985.

HILTON, S. The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: End of the Special Relationship. **The Journal of American History**, v. 68, n. 3, p. 599-624, 1981.

MACHADO, M. **O ensino de administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1966.

MIGNOLO, W. Epistemic Disobedience, Independent Thought and De-Colonial Freedom. **Theory, Culture & Society**, v. 26, n. 7-8, p. 1-23, 2009.

MIGNOLO, W. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. London: Duke University Press, 2011.

POLLOCK, D. Some changes in Unites States attitudes towards CEPAL over the past 30 years. **CEPAL Review**, 2<sup>nd</sup> half, 1978.

MOTTA, P. R. Administração para o Desenvolvimento: A disciplina em busca da relevância. **Revista de Administração Pública**, v. 6, n. 3, p. 39-53, 1972.

ROGERS, H. J. **Brazil - The Troubled Land**. Documentário produzido pela rede ABC dos EUA disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=jWq4\\_898mg](https://www.youtube.com/watch?v=jWq4_898mg). Acessado em 4/07/2016.

ROSTOW, W. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SANTIAGO, J. C. **Memória Institucional da CEPAL/ILPES nos seus 30 anos de contribuição permanente no Brasil** (Setembro de 1960 a Setembro de 1990), CEPAL, 1990.

SÁ MOTTA, R. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2014.

SOUZA, E. C. L. A capacitação administrativa e a formação de gestores governamentais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 73-88, 2002.

TRUMAN, H. **Inaugural Address**. Disponível em [www.bartleby.com/124/pres53.html](http://www.bartleby.com/124/pres53.html) acesso em: 10/10/2012. 1949.

VERSIANI, F. Resenha bibliográfica: História da industrialização brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 4, n. 1, p. 181-188, 1974.

WANDERLEY, S.; FARIA, A. 2012. The Chandler-Furtado case: a decolonial re-framing of a North/South (dis)encounter. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 3, p. 219-236, 2012.

WANDERLEY, S. **Desenvolviment(ism)o, descolonialidade e a geo-história da administração no Brasil**: a atuação da CEPAL e do ISEB como instituições de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação. Tese de doutorado, EBAPE. 2015a.

WANDERLEY, S. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, n. 2, p. 237-255, 2015b.